

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 2 (2020)

ISSN: 2177-2886

Entrevista

“Enfrentando Tabus no Discurso Geográfico Brasileiro”: entrevista com Benhur Pinós da Costa

*Enfrentando los tabúes en el discurso geográfico
brasileño: entrevista a Benhur Pinós da Costa*

*Facing Taboos in Brazilian Geographic Discourse:
interview with Benhur Pinós da Costa*

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
joseli.genero@gmail.com

Marcio Jose Ornat

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
geogenero@gmail.com

Como citar este artigo:

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose.
“Enfrentando Tabus no Discurso Geográfico
Brasileiro”: entrevista com Benhur Pinós da Costa.
Revista Latino Americana de Geografia e Gênero,
v. 11, n. 2, p. 208-233, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Introdução

No ‘II Simpósio Internacional sobre Espaço e Cultura’, coordenado por Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2008, pela primeira vez um evento científico reconhecido como importante para a comunidade geográfica abordou o tema das sexualidades em uma posição de destaque. Na mesa redonda intitulada ‘Gênero, sexualidade e espaço’ estivemos nós, Joseli Maria Silva e Marcio Jose Ornat, com Benhur Pinós da Costa, sob a coordenação de Miguel Ângelo Ribeiro. Esse foi o nosso primeiro encontro com Benhur, este jovem e corajoso geógrafo que veio a se tornar, junto com o coordenador da mesa, Miguel Ângelo Ribeiro, um dos pioneiros das geografias das sexualidades no Brasil. O impacto dos relatos de nossas pesquisas sobre a audiência daquele evento evidenciava o forte ‘tabu’ que o campo científico alimenta sobre a discussão das sexualidades. Parte dos ouvintes se retirou em gesto de desagrado e outra parcela resistiu e se manteve atenta até muito além do tempo programado. Nesse episódio se materializava uma condição que até hoje marca a vida de pesquisadores do campo das sexualidades de forma paradoxal. De um lado, a rejeição e o desprezo pela produção de saber na área das sexualidades e de outro, a luta e a resistência para produzir um conhecimento necessário para a construção de um mundo mais acolhedor e solidário com a diversidade humana.

A produção científica de Benhur Pinós da Costa afetou de forma decisiva o campo da geografia brasileira e com determinação este pesquisador se tornou um dos grandes desbravadores de áreas impensadas de investigação e à quem a comunidade científica geográfica deve grande reconhecimento e gratidão. Gratidão porque o custo emocional para lutar pelo desenvolvimento de um campo coberto de preconceitos é gigantesco e as consequências são, muitas vezes, dolorosas. Mesmo assim, em 2002 defendeu sua dissertação de mestrado com o título ‘A condição homossexual e a emergência de territorializações’ e em 2008 concluiu a tese doutoral ‘Por uma abordagem sobre a geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade’. Esses dois trabalhos científicos representam mais do que uma vitória pessoal, mas a quebra de uma barreira temática na Geografia Brasileira que certamente abriu os caminhos para outros que vieram depois dele.

A trajetória desse jovem geógrafo é recente, mas potente, fortemente marcada pela luta científica e política para a construção de visibilidades de sujeitos subalternizados, evidenciando territórios cujas expressões eram negadas. Sua contribuição conceitual com base na ideia de microterritórios e no desejo como potência de ação de sujeitos é certamente um legado a ser registrado na história do pensamento geográfico brasileiro.

Benhur Pinós da Costa nasceu em 1975, em Guaíba-RS. Fez graduação em Licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e nesta instituição realizou sua trajetória na pós-graduação. Atuou na Universidade Federal do Amazonas e atualmente é docente da Universidade Federal de Santa Maria. Além disso, é líder do grupo de pesquisas ‘Espacialidades Urbanas’ onde orienta pesquisas nos mais diferentes níveis de formação, desde a Iniciação Científica, até o mestrado e o doutorado.

Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat



Para nós, a satisfação de entrevistar Benhur Pinós da Costa é fabulosa e expressa nossa intenção de registrar não apenas admiração pessoal pela sua atuação na Geografia Brasileira, mas compartilhar com a comunidade científica e principalmente com os mais jovens pesquisadores das sexualidades, que a resistência nesse campo de saber é imperativa em tempos tão obscuros politicamente. A entrevista está estruturada em dois eixos que estão inter-relacionados. O primeiro está refere-se a construção da visibilidade das sexualidades na Geografia do Brasil e a sua contribuição. O segundo eixo de diálogo baseia-se na produção conceitual sobre espaço e território na abordagem das sexualidades.

Desenvolvimento

Joseli Maria Silva e (J.M.S.) e Marcio Jose Ornat (M.J.O.): Sua trajetória como pesquisador tem se voltado para as sexualidades, mais precisamente explorando o homoerotismo. Pode explorar um pouco dessa trajetória de aproximação com esse tema em sua carreira científica?

Benhur Pinós da Costa (B.P.C.): Antes de tudo, gostaria de agradecer a oportunidade de falar um pouco de meus estudos e dizer que me sinto privilegiado em ser reconhecido como uma pessoa importante para a Geografia, em especial as Geografias das Sexualidades. Eu fiquei emocionado em ler a apresentação aqui desenvolvida e quero dizer que mantenho uma admiração muito maior por vocês, Joseli e Márcio, que são as pessoas mais importantes nos estudos em Geografia Feministas no Brasil, com amplo reconhecimento internacional. Eu creio que vocês revolucionaram perspectivas temáticas, teóricas e metodológicas na Geografia Brasileira. O GETE hoje é um dos grupos de pesquisa mais importantes para todos nós da Geografia. Eu lembro-me muito bem deste momento da mesa em que participamos juntos no Simpósio de Espaço e Cultura, em 2008. Naquele dia estava muito atônito e nervoso em estar naquele evento de grande importância e envergadura e tentando debater com vocês, que já apresentavam contribuições revolucionárias na ciência geográfica. Minha admiração ao professor Miguel Ângelo Ribeiro também me colocou em uma situação de extrema responsabilidade, beirando a ansiedade. Lembro-me que nem mesmo consegui ser gentil o suficiente, tamanho meu nervosismo. Lembro-me das suas formas de apresentações impecáveis e de como me senti desafiado em ser melhor naquilo que tentava, com muito esforço, desenvolver. Sinceramente não estava preocupado com possíveis olhares de estranhamento que vinham da plateia: talvez eu, lá em 2008, já estava acostumado em ser interpelado por palavras, gestos e olhares de estranhamento. Estranhamento sempre foi o problema menor, mas a negação sobre minhas autenticidades, sobre meus sentimentos e pensamento, em muitas situações de violência psicológica, sempre marcaram minha história de vida. Estar à frente de uma plateia acadêmica e falar para pessoas sobre minhas pesquisas nunca foi um problema. O problema maior sempre foi comigo mesmo, em tentar me sentir efetivamente inteligente, estudioso e convincente sobre tudo o que desenvolvi. Este senso de responsabilidade extrema talvez venha da minha própria condição de um

homem homossexual, em que minha sexualidade, talvez, tenha contaminado muito aspectos de minha identidade, na relação com outros tantos em diferentes interações sociais. Talvez este tipo de contaminação estabelecesse um conjunto de superavaliações sobre mim mesmo e minhas capacidades, no sentido que, sempre, socialmente, existam desconfianças sobre alguém que se apresente portador de algum estigma de identidade social, sobre determinado aspecto, no meu caso como gay. O pior ainda seria eu, como homem gay, falar de geografias de homens gays. Foram muitas as desconfianças sobre meus discursos geográficos: isso seria Geografia? Por outro lado, eu mesmo desconfiei muito de mim sobre como eu me posicionava entre espaços de encontros de homens gays e de como meus resultados de pesquisa falavam daqueles que encontrei, mas também sobre mim mesmo neste processo. Muitas vezes me senti um impostor e, talvez, essa seja uma das origens de minhas ansiedades quando esteja falando em público, sobre algum pensamento meu proveniente de algum processo de pesquisa. Falo disso porque foi isso que me passou naquele momento em que nos encontrávamos em 2008. Eu me percebo como sempre um pesquisador e um pensador em constante defasagem e te tenho, sempre, que "correr atrás", aprendendo um pouco mais para tentar desenvolver estudos os mais consistentes possíveis. Eu gostaria de agradecer, neste contexto, a presença de vocês em nossa Geografia e a possibilidade de ter alguém para quem me espelhar: seus textos específicos; de muitos de seus orientados e orientadas; os eventos que organizaram em que aprendi muito; a própria existência da Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero. Eu nem tenho ideia de como vocês conseguiram efetivar um projeto de tamanha envergadura: isso, sim, que precisa ser publicado em uma entrevista, como um momento de homenagem. Bom, minha trajetória de trabalho sobre Geografia das homossexualidades parte do ensino de minha pesquisa de mestrado, no qual ingressei no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, em 1999. Terminei o texto da pesquisa somente em 2002, pois, na época, trabalhava muito e acabei atrasando um pouco a conclusão dessa pós-graduação. Eu, em 1998, era um jovem concluindo a licenciatura em Geografia (não sou bacharel) e que tinha me dedicado aos estudos sobre pesquisa em ensino de Geografia, muito vinculados à geomorfologia, talvez muito influenciado pelos estudos que minha tutora de grupo PET da UFRGS, Dirce Suertegaray, desenvolvia. Eu, em primeiro momento, não tinha interesse em fazer uma pós-graduação: queria me formar e começar a lecionar, se possível, nas escolas que estudei na cidade de Guaíba. Mas a própria participação no PET me fez pensar em fazer um projeto de mestrado. Mas que projeto? Eu queria estudar algo que realmente me interessasse e que tivesse aproximação com minha vida pessoal. Esta questão da aproximação com a vida pessoal sempre foi um interesse forte para mim, mas também o meu problema em, talvez, me perceber como um provável impostor, em deturpar resultados de pesquisa, que seriam mais sobre o que vivia do que a dos outros em que compartilhava processos de pesquisa (os pesquisados). Talvez seja por este viés que me dediquei muito à observação participante em espaços de encontros de homens gays e sempre tentei me aproximar de outros e escutá-los com atenção para aprender um pouco mais sobre um mundo que já conhecia (mas que, muitas vezes, também não entendia): sempre foi uma tentativa de, ao



mesmo tempo, mergulhar nas profundezas de meu próprio mundo, mas, também, tentá-lo vê-lo de forma afastada, no sentido de procurar limpar meu olhar e entendimento próprio sobre os acontecimentos, explorando mais o que os outros me mostravam. Não sei se em algum dia consegui fazer isso e, talvez, eu tenha mesmo sempre feito “participação observante”, como falou minha parceira de trabalho e amiga em minha defesa de tese de doutorado, a Rosemere Maia. Mas o que me aproximou a este tema foram as minhas próprias vivências da boemia de Porto Alegre, no final dos anos de 1990: eu fazia muita festa e transitava por diferentes estabelecimentos de diversão noturnos e sabia que em cada um que mantinha relações era frequentado por pessoas diferentes e, também, eu me diferenciava em meus atos daqui para acolá. Foi assim que quis sempre entender este fenômeno das relações entre espaços, constituições de identidades coletivas e comportamentos e avaliações pessoais estabelecidas. Afinal, como se instituem estes tipos de apropriações? Porque elas existem como partes diferenciadas de espaços para pessoas também diferentes? Como as pessoas produzem suas identidades, seus prazeres e entendimentos sobre o si e os outros, estando nestes lugares das diferenças? Foi assim que me interessei (ora, já estava interessado faz muito tempo), como um pesquisador, pelos diferentes espaços de encontros afetivo-sexuais de homens gays, sendo estes lugares os mesmos que eu frequentava nas noites (também alguns de frequências diurnas) de Porto Alegre. Mas eu sabia que se existiam espaços gays em Porto Alegre e eles não eram simplesmente constituídos por uma força de atração identitária (embora eram/sejam também), mas por uma condição que colocava eu e outros homens gays em situações de esconderijos para que nossas efetividades pudessem ser vividas. Foi, então, que me aproximei do conceito de território, porque sabia que a homossexualidade seria uma condição social de identidade estigmatizada e que pessoas gays precisavam dos territórios de encontros gays para ser quem realmente eram e para encontrar possibilidades de alegria, festividade e afetividade com outros gays. Então eu fui levado a uma empreitada teórica para entender o que seria este espaço estruturado que privilegiava pessoas heterossexuais e discriminava, tornando-as reclusas em espaços específicos, pessoas homossexuais. O território seria, então, fundamental para a constituição da identidade e da sexualidade de homens gays: ele se misturava/integrava a própria pessoa, sendo inerente a sua construção de sua singularidade. Eu vivi isso. Minha sexualidade foi desenvolvida em lugares de festas gays em Porto Alegre, assim como muitos dos meus estados de felicidades, que me marcaram (na juventude), foram proporcionados por estes territórios: eram os meus territórios em que me sentia feliz, amado, amando, me mostrando, extravasando minhas energias contidas em espaços ditos normais (que para mim não eram, mas me calavam sobre minhas autenticidades). Mas eu vivia o final dos anos de 1990 e transitava por diferentes territorializações nas quais pessoas diferentes praticavam atos homossexuais, mas não, necessariamente, eram homossexuais: eu estava entre as festas clubbers e as raves de Porto Alegre, em que diferentes sexualidades mais rígidas eram negociadas em diferentes experiências sexuais. No final dos anos de 1990 não existia esta amplitude e multiplicidade de identidades que diferenciam pessoas LGBTQIA+ e eu sempre achava a ideia de

homossexualidade e de ser gay um pouco restrita, principalmente porque, nas minhas leituras, a homossexualidade sempre esteve ligada a desvio e aos transtornos sobre si mesmo. Encontrei, então, o termo homoerotismo e também a de “pessoas orientadas sexualmente para o mesmo sexo”: isso talvez me fizesse dissipar o peso da ideia de homossexualidade como homogeneizadora e contaminante de todos e todas que tem desejos diferenciados para com o mesmo sexo e que vivem estes desejos de formas diversas. O homoerotismo, que descobri por vias de Jurandir Freire da Costa, me fez entender que pessoas diferentes vivem diferentemente identidades vinculadas às homossexualidades e de que suas relações com territorializações, em que tais encontros eram possíveis, se diferenciavam justamente pela necessidade de alargar a ideia de ser gay e/ou homossexual (naquela época tínhamos os espaços de “simpatizantes”). Mas meu território não era aquele que aprendi como o dos Estados Nacionais: eram muito pequenos; eram produzidos por encontros de pessoas em tempos específicos; se ativavam e se desativavam; eram estabelecidos pelas interações diretas entre as pessoas e por certas formas de se mostrarem entre eles; suas fronteiras seriam as dos próprios processos de encontros baseados nas negociações de identidades. Foi, assim, que, desde o mestrado, me encontro com o território e as territorialidades que, depois, para mim, se transformam em microterritorialidades, conceito que desenvolvo até hoje.

J.M.S. e M.J.O.: Como avalia a abordagem das sexualidades na geografia brasileira, considerando sua vivência como pesquisador declaradamente gay e ativista?

B.P.C.: Em primeiro momento gostaria de dizer que a minha relação com o ativismo nunca foi tranquila, isso porque não sou uma pessoa que leva o ativismo como propósito de vida primeiro, mas ele está relacionado com minha atividade de pesquisador. Claro que esta atividade de pesquisador está atrelada a minha condição de homem gay e, por aí, temos um tripé de relações imbricadas. Acho que todo homem gay é, de certa forma, um ativista: um ativista de si mesmo, dado pelos enfrentamentos que precisa estabelecer deste sua terna idade. Conforme Deleuze e Guattari falam, é preciso assumir um “devir minoritário” para lutar contra o fascismo. Assim, hoje eu sei que minha luta por reconhecimento sobre quem eu sou e como levo minha vida relacionada às minhas afetividades (que são partes que estabelecem a completude de mim), sempre envolveu um conjunto de políticas, desde as mais banais, em ser eu mesmo perante as pessoas imediatas com quem, não necessariamente, escolhi compartilhar a vida, assim como em relação a escalas ampliadas sobre como eu poderia me dedicar às lutas de outros como eu, também não necessariamente como eu, mas como eles se aproximam, além de minhas especificidades, de lutas pelas quais me empenho por mim mesmo. A assunção da minha homossexualidade foi problemática, como é para outros gays, assim como foi o estabelecimento de relações próximas com um ativismo formal e ações e reações mais organizadas, institucionalmente falando. Nas minhas memórias, as lutas sempre existiram, desde eu ser negado por outras pessoas na família e na escola. Mas foi, efetivamente, quando eu me

posicionei sobre o trabalho que me propus a desenvolver na Geografia, e de como ele me revelava por seus vieses explicativos, é que eu realmente comecei a ser respeitado por outras pessoas e em outros lugares como gay, inclusive pelo contato necessário com pessoas engajadas politicamente no ativismo. Eu creio que em termos de relações familiares isso ainda não esteja resolvido, mas eu deixei a família em uma gaveta relacional para que as lutas se estabeleçam um dia por vez, de forma mais tática e também lenta (talvez algum dia a bomba realmente exploda de uma só vez). Foi por meu trabalho de mestrado que eu comecei a trilhar a relação com o ativismo, mas, ainda, mantendo um distanciamento, no sentido de coletar informações válidas sobre aquilo que vinha observando sobre mim e minhas relações com outras pessoas nas microterritorialidades gays de Porto Alegre. Eu creio que o grupo “Nuances”, seus ativistas e suas publicações, foi deveras importante nesse momento. Foi somente em Manaus, em virtude de pesquisa fora de minha formação de pós-graduação, em que comecei a construir uma trajetória de inserção no ativismo, que foi rompida pela breve passagem na cidade em três anos. Em Santa Maria que comecei a tomar parte dos movimentos LGBTQIA+, tanto é que minhas pesquisas tomaram um rumo diferente: eu não pesquiso o ativismo, mas ativista eu sou e por ele eu me utilizo da minha posição na universidade para construir coletivamente ações de reconhecimento social de pessoas LGBTQIA+ em outras instituições, principalmente a escola. Foi, então, pelos sucessivos projetos de extensão universitária, via FIEX UFSM, que comecei a trilhar um caminho de relações com coletivos LGBTQIA+ e pessoas líderes do movimento em Santa Maria, em especial o Coletivo VOE e a ONG Igualdade, assim como pessoas importantes, como Nei D’Ogum, Marquita Quevedo, Gabriela Quarteiro, Cilene Rossi, Martha Souza, Verônica, Adriano e Luiz Kunrath. Efetivamente nunca assumi um vínculo formal com algum desses coletivos, uma vez que sempre fui afrontado em relação às diferenças políticas entre eles e me desdobrando em me movimentar entre diferentes desavenças, assim como compreendê-las e me compreender em relação a elas. É um processo muito complicado em que ainda não compreendo totalmente, mas faço o meu trabalho na escola, assim como também me envolvo nas proposições de intervenções públicas destes coletivos, como alguém, junto a muitos alunos, que se propõe em ajudar, a construir e debater. Não avalio minha participação com importante para o movimento em Santa Maria. Prefiro assumir um posicionamento de bastidor, mas sempre estando ali, estabelecendo um elo com a Universidade quando é possível (o que não é fácil para mim também). Então eu creio que a pesquisa e a extensão se mantêm em relações sempre paralelas em minhas atividades, ora relacionadas, ora distantes, mas com formas de explicitações muito destoantes. Na extensão eu me assumo efetivamente como ativista e na pesquisa eu me assumo efetivamente como alguém que precisa contribuir à Geografia (também, não necessariamente, as Geografias das Sexualidades). É claro que existam elos de entrelinhas entre estas atuações, mas elas estão um pouco distorcidas, escamoteadas, cujo trabalho de visibilidade delas eu ainda não o fiz. Agora estou pensando em caracterizar estes fluxos de ações diferenciadas (que ora se aproximam, ora se afastam, ora se colidem e se transformam em outras ações e posições) como rizomas (de mim) na constituição de minhas consciências

sobre quem eu sou em termos de homem gay, ativista e pesquisador de uma Universidade. Eu posso dizer que não faço pesquisa pelo ativismo, mas pesquiso quem eu sou e quem são os outros também pelo ativismo (e não necessariamente), assim como me afasto dele para discutir coisas que penso e experimento como homem gay, em relação com outros em microterritorialidades, não necessariamente interessantes para o ativismo. Mas eu estou lá, às vezes como um fantasma (o ativismo também), às vezes como pessoa engajada na realidade concreta de suas relações. Eu tenho medo de escrever sobre o ativismo, por exemplo, porque posso colocar coisas que não concordo e, até mesmo, que não entendo e, assim, mais atrapalhar que contribuir, em virtude de todos os conflitos internos e discordâncias que existem lá que, às vezes, mais atrapalham do que constroem (também não sei se as discordâncias internas atrapalham, mas fazem parte do aprimoramento de tais lutas, importantes para todos nós LGBTQIA+). Mas eu creio que isso seja realidade de qualquer produção na Geografia brasileira que tenta assumir estes “devires minoritários” (não concordo, em partes, com a palavra minoritário, ok?) de diferentes pessoas e grupos em termos de como elas se relacionam com o espaço geográfico e como poderíamos traduzir muitas geografias a partir delas. Uma vez uma aluna me falou que sou um “geógrafo orgânico”. Eu não gosto de me autodefinir, porque parece que estou me autopromovendo, mas eu sei que para escrever sobre diferentes geografias, além daquelas que confirmam as hegemonias sociais, nós devemos nos atirar nas ondas violentas e marés avassaladoras (de nós mesmos) das lutas sociais e, assim, estarmos sujeitos a perceber diferentes contradições de si, sobre os outros e sobre como tais movimentos se institucionalizam e seguem formalidades além de nós. Assim, sempre estamos nos desafiando porque outros colocam em cheque nossas próprias ideias sobre identidade e sobre política. Eu não tenho isso como tranquilo, mesmo sendo um homem gay. Eu fico imaginando vocês, Marcio e Joseli, como se desafiam a entender e se entenderem frente aos movimentos sociais que participam, e como, talvez, como eu, sintam-se ainda insuficientes e ansiosxs nas suas incapacidades de apresentarem alguma resolução que contribua as ações das pessoas que realmente são ativistas. Este sou eu também como homem gay, que se construiu por diferentes atravessamentos que ora se afastam, ora se aproximam de lutas específicas em tempos específicos do ativismo, assim como pesquisador e fazendo parte de uma instituição universitária, em que esta identidade tem muito a contribuir, mas também, se estabelecer em relações de desconfiança (a Ciência ainda precisa estar melhor posicionada no ativismo). Mas foi pelo ativismo que encontrei muitas pessoas importantes que se transformaram em amigas e parceiras pelas quais posso contar também no desenvolvimento de meus projetos de pesquisa e extensão e, com elas, às vezes, eu consigo mediar e dosar minhas diferentes identidades construídas sobre mim mesmo, contribuindo também nas lutas que eles e elas traçam, como formas específicas de ativismo em tempos específicos dessas lutas. Ultimamente eu me afastei um pouco do ativismo LGBTQIA+ e me voltei às lutas pela moradia em Santa Maria, isso porque a cidade ter um movimento consolidado e uma grande ocupação urbana. Mas estou voltando. As lutas políticas construíram um projeto de lei sobre diversidade na escola que fora votado e aprovado na

Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat

Câmara dos Vereadores em 2020 e, logo depois, vetado pelo executivo (uma barbaridade) e eu creio que este seria o meu novo desafio: contribuir com as práticas sociais sobre este projeto de lei e isto irá me direcionar, novamente, à escola e minhas ações, com alunos e alunas, em projetos de extensão, junto com lideranças e ativistas que sei que posso contar. Assim, eu me reconstruo em minhas relações na perspectiva do ativismo.

J.M.S. e M.J.O.: Em seu artigo ‘As geografias das constituições dos devires-expressivos das pessoas como diferenças: perspectivas da análise nas pesquisas em microterritorialidades’ (COSTA, 2020a) há centralidade no desejo, nos seres desejantes e nas significações que trazem a imprevisibilidade como elemento da microterritorialidade. Como avalia a transformação do conceito de microterritorialidades em suas pesquisas que durante algum tempo tinha a forma das paisagens de desejo como fundamento?

B.P.C.: Eu gostei da ideia de “paisagens de desejo”: agora me parece que vocês me incitaram a pensar sobre isso em algum outro momento. Não sabia, até então, que meus trabalhos poderiam ter focado tal ideia. Estou me perguntando como poderia entender esta perspectiva “das paisagens de desejo”. Talvez uma relação de destino/intencionalidade desejante de um sujeito que se fixa, relacionando esta intencionalidade, a um “outro”, sendo este outro não, necessariamente, outro sujeito, mas um espaço pelo qual este outro sujeito está lá, porque é lá que ele tem de estar, na relação do desejo que se pretende, em uma prática de interação social específica. Talvez tenha entendido neste sentido. E, talvez, as microterritorialidades, que durante muito tempo estudei, teriam sim esta relação de um (dos) sujeito(s) com “aquele” microterritório que (para este sujeito) apresentaria uma totalidade de significações pelas quais seus desejos poderiam ser estabelecidos, porque, socialmente falando, existiria o compartilhamento coletivo sobre tais significados, que determinariam as relações existentes lá. Talvez sim seja este o fundamento inicial de “microterritorialidades”. Mas eu creio que fora esta a mudança de pensamento estabelecida. Em primeiro momento eu queria entender as microterritorialidades como se fossem lugares nos quais sujeitos estavam presentes e determinam um tipo de apropriação, ora produzindo, ora se vinculando as formas estéticas e de comportamentos específicos, tudo isso relacionado aos sujeitos identificados como homens gays, nas quais tais sujeitos (se) lançavam naquele espaço específico, confundido como um grupo e/ou agregado social, pelos quais seus desejos e práticas afetivo-sexuais poderiam ser desenvolvidos. Isso seria a relação de uma pessoa gay com uma totalidade produzida em sua mentalidade, mas trazida das configurações totalizantes sobre tal microterritorialidade produzida socialmente, digo mais, produzida nas sociabilidades específicas de homens gays identificados socialmente como homossexuais/gays. Mas eu venho me dispersando em debates teóricos e perspectivas metodológicas de pesquisa desconfiando dessas “paisagens” já constituídas socialmente e na ideia estrutural de microterritorialidade, o que converge à relação intrínseca com a (certa) identidade. Isso se tornou claro já na minha pesquisa de doutorado, em que tentei abrir as significações sobre os territórios gays de Porto Alegre pelos

discursos específicos de sujeitos colaboradores, nos quais chamei de “amigos”, porque eram realmente amigos de parcerias nas frequências que mantinha com tais microterritorialidades, como homem gay também. Queria estabelecer um diálogo intersubjetivo com eles e pensar sobre os elementos fugazes de pensamentos sobre como eles se sentiam, identificavam-se e identificavam determinada microterritorialidade gay. Outro enfoque que dei na tese foi o de estabelecer um conjunto de observações de campo, no sentido de tentar trazer situações diversas que ocorriam nas microterritorialidades, com o propósito de abrir elas ao inesperado, pelas situações vividas em diferentes experiências. Creio que isso seja um problema ainda não resolvido e faz parte sempre do diálogo geográfico entre estabelecer uma diferença espacial e também pensar como tal diferença espacial se complexifica quando queremos entender, pelo olhar de uma lupa, a confusão interna dela. Neste entendimento sobre tal complexidade interna, acabei de ver e transitar sobre como tais diferenças se conectam a outras em uma relação (pelos processos de relações externas) com outras localizações identificáveis de tipos de sujeitos sociais e, por estas relações, como estão sempre em transformação. Isso tudo são conexões ou multiplicidades dadas nas vidas e experiências cotidianas dos sujeitos com os quais estudamos e, no meu caso, também na elaboração sobre como poderia explicar meus sentimentos e desejos que me destinavam a tais microterritorialidades, com meus amigos. Mas isso sempre foi um processo de diálogo comigo mesmo e com as outras pessoas em que convivo em microterritorialidades, em experiências longas e continuadas ou naquelas muito fugazes. Na tese eu teria experiências longas e continuadas com tais amigos, mas neste texto, em específico, que vocês me chamam a pensar, eu vivi, sobretudo, experiências fugazes: são aqueles que eu encontrei em momentos rápidos de interação em uma microterritorialidade em que homens gays sabem que encontrarão outros homens gays ou, simplesmente, outros homens que procuram sexo homossexual. Então, eu queria saber como tais homens mantêm intenções sobre estarem nas microterritorialidades e como experienciam estas em seus momentos específicos sobre este estar. Acabei percebendo que eu teria que explorar os meus próprios sentimentos sentidos em momentos específicos deste estar. Isso foi o que foi feito na pesquisa de pós-doutoramento, em meio a leituras que intencionalmente desenvolvi a respeito das teorias de Deleuze e Guattari. Eu quis, intencionalmente, experimentar as microterritorialidades gays das praias da zona sul do Rio de Janeiro, conhecidas socialmente (e por mim também, em minha vida pessoal) como uma região em que se estabelecem territórios de convivências LGBTQIA+, mais precisamente de homens gays, se pensar as marcações espaciais de convivência entre os postos 8 e 9 da praia de Ipanema. Mas então, eu, ao mesmo tempo, estabelecia muitos sentimentos de igualdade, mas, também, de divergências entre aqueles homens gays. Em meio desta complexidade de trocas entre o que eu sentia e o que eu identificava na microterritorialidade, eu estabelecia um conjunto de atrações e de receios em estar lá, com toda aquela gente. Decidi, então, me aprofundar sobre o que eu senti em estar lá em alguns momentos e fazer um diálogo entre uma suposta estrutura identificável da microterritorialidade e os sentimentos divergentes e fugazes que mantinha em estar nela, sendo eu auto-identificável como homem

gay, em que, naquele lugar, sabia que homens gays transitavam ou, então, outros homens que poderiam ter o interesse de interagir comigo em virtude dos desejos homoeróticos que poderiam ser compartilhados lá. Claro que já estava, como pesquisador, intencionado pelas teorias desconstrucionistas de Deleuze (e Guattari), mas decidi fazer um trabalho de aprofundamento da análise sobre tais sentimentos. Acabei, neste texto específico, fazendo um discurso teórico sobre tais intenções, mas tentei explorar narrativas próprias sobre cenas que vivenciei nestas microterritorialidades. Então, a microterritorialidades como “paisagem de desejo” preestabelecida se transformaram na própria cena de um acontecimento vivenciado por mim, que poderia ser diferente de outra cena e de outro momento, mas estas diferenças estavam ligadas porque lá eu sabia que existiam outros homens que praticavam sexo homossexual e eu e estes homens sabiam que poderíamos nos encontrar lá (não exatamente eu como Benhur, mas como alguém desejável e proposto ao sexo homossexual). Estas são as contradições que permeiam, para mim, as microterritorialidades. Elas transitam entre identificações estruturantes e específicas sobre quem às constituem, mas também por múltiplas experiências fugitivas a tais identificações. Tudo isso casou com muitos conceitos deleuzianos, como ‘singularidade’, ‘multiplicidade’, ‘rostidade’, ‘rizoma’, ‘territorialização’ e ‘desterritorialização’, etc. Chego à conclusão que a microterritorialidade se dá pela experiência do sujeito e esta experiência pode ser sempre diferente de outras, mas ela sempre é chamada a uma forma de igualdade e identificação sobre o lugar e sobre quem o frequenta. Novamente é uma configuração complexa entre o que o social constrói sobre nós que nos leva a viver e estar em determinados lugares já a nós destinados, mas, sobretudo, que diferencia o “eu” deste coletivo identificável e do que o social determina sobre quem nós sejamos. É por aí, ainda não cheguei à conclusão nenhuma e, volta e meia, me debato em contradições sobre experiências e teorias e aprendo novas concepções de mundo, de conhecimento e de realidade própria. Acho que hoje minha ansiedade em encontrar uma explicação se esvai em indefinições infinitas que nunca resolverei. Tudo bem não resolvê-las. Tudo bem não resolver sobre teorias e pensamentos. Tudo bem não resolver sobre quem eu sou e como eu me explico nestas avaliações passadas sobre mim e sobre o que eu descubro de novo a cada momento. Renovo-me em cada escrita nova, às vezes muito contraditória da anterior e está tudo bem também.

J.M.S. e M.J.O.: Em Costa (2014), artigo publicado na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, há um vocabulário utilizado que mescla termos usuais do universo homoerótico como ‘pegação’ ao vocabulário científico. Essa característica não é usual do campo científico da Geografia. Como essa forma de escrita científica tem sido incorporada na sua experiência como pesquisador e autor de artigos acadêmicos?

B.P.C.: Eu até tenho dificuldades de incorporar vocábulos próprios daqueles que compartilho em situações cotidianas com amigos e amigas LGBTQIA+ nas minhas escritas. Eu vejo isso como um compromisso, principalmente para aqueles/as pesquisadores/as que se comprometem em desenvolver diferentes metodologias participativas em seus estudos e pesquisas. Tenho muito

admiração quanto leio um trabalho que se esforça em adentrar diferentes mundos de linguagens, porque me parece que o texto ganha organicidade, veracidade e comprometimento na visibilidade de diferentes formas de interpretação dos fatos vividos por diferentes sujeitos sociais. Eu até creio que meus textos apresentam uma forma de escrita muito acadêmica, às vezes muitos distantes de tipos de linguagens que eu mesmo compartilho no cotidiano. Isso faz parte de um grande esforço meu de tentar me afirmar por entre este universo acadêmico que procuramos nos integrar. A linguagem talvez seja uma das grandes separações entre o que se produz como conhecimento na ciência e o conhecimento já existente desde muito tempo por entre pessoas comuns, assim como nós. Este engajamento acadêmico que trilhamos nos faz pessoas que se esforçam em entender e se expressar perante outra forma de linguagem, que percebi que é apenas outra e não superior às demais. Por outro lado, eu creio que me esforce mais em entender este sistema de linguagem acadêmico do que aquele que realmente compreendo entre pessoas comuns que convivo. Por exemplo, alguns filósofos são importantes para mim para entender as lutas pelo reconhecimento social de grupos pelos quais faço parte, como a população LGBTQIA+. Entre eles está Hegel. A leitura de Hegel é deveras difícil, mas ela traduz muitas realidades vividas por mim em meu processo de me encontrar perante tudo o que me negava como pessoa. Por aquela forma de linguagem, muitas pessoas que não acessam Hegel são traduzidas. Parece que eu estou mudando a face de interesse da pergunta, mas eu me vejo comprometido em estabelecer um diálogo entre esta pessoa negada socialmente que sempre fui, e que sei que outros como eu, ou parecidos comigo, também o são, com linguagens que nos traduzem em outras esferas de poder e que existem porque precisam também estar comprometidas conosco nestas esferas. Eu sempre precisei, para isso, me estabelecer em outro universo simbólico, como o formal da linguagem acadêmica, para fazer valer a tradução de meus anseios e, por este caminho, também lançar os anseios daqueles com que compartilho certas formas de marginalizações. Nós lutamos em dizer que o mundo é composto por diferentes linguagens e que os sistemas simbólicos devem estar em diálogo e em situações de igualdade! Lutamos para desenvolver formas de traduções e constituir um mundo democrático! Por outro lado, sabemos que as hierarquias de poder se fazem pelo acesso diferencial a sistemas de linguagens acadêmicas, jurídicas e burocráticas. Quando eu me dediquei durante algum tempo com pessoas que lutavam pelo direito à moradia no bairro Nova Santa Marta em Santa Maria/RS, eu percebi que a linguagem da justiça, pelo viés do direito do Estado, está muito longe das possibilidades de tradução para aqueles e aquelas que, a princípio, deveriam servir. Exatamente por este distanciamento que, ao contrário de servir, a linguagem do direito e da burocracia do Estado serve como forma de escamotear os processos que beneficiam e reproduzem aqueles abastados e que se sucedem no comando político, como acumuladores dos bens produzidos socialmente. Fui afrontado, no sentido de tentar ajudar este movimento social, em ser capaz de traduzir uma linguagem que não conheço, como a do Direito. Sabemos que na própria Universidade a linguagem da burocracia também estabelece relações de hierarquias entre diferentes sujeitos docentes e isso gera relações diferenciadas de alcances aos recursos escassos disponíveis.

Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat



Desculpe-me afastar da discussão central da pergunta, mas a questão da linguagem para mim sempre foi um problema, principalmente quando eu (assim como outros colegas) tento estar, ao mesmo tempo, entre a academia, as pessoas comuns com quem trabalhamos, o Direito e o Estado. Vocês, Joseli e Márcio, pelo que eu sei sobre o trabalho que fazem em prol dos direitos de pessoas LGBTQIA+ em Ponta Grossa, se tornaram exímios nestas traduções. As formas de relações linguísticas que produziram em nossa ciência geográfica, a partir de metodologias de análises de discursos e de conteúdo, contribuem, efetivamente, em fazer tais traduções, tanto para inovação científica, como para se dedicarem a visibilidade e as lutas políticas dos grupos sociais que trabalham. Eu, sinceramente, ainda tenho muito a aprender com vocês. Lembro-me uma vez o quanto fiquei preocupado com um estudo sobre “relief maps” de dois integrantes do GETE, um deles o pesquisador William Hanke, que tenho muita admiração, que produzia mapas de afetividades, cujo formato parecia a lógica de linguagem “cartesiana” de um mapa comum. Eu mantive um olhar de desconfiança sobre o trabalho no evento latino-americano de Geografia e gênero em Porto Velho, justamente pelo produto que aquele trabalho produziu: um mapa de difícil entendimento. Estava errado: aquele mapa é uma forma eficaz de fazer a tradução dos anseios de pessoas marginalizadas para a academia e, quiçá, para políticas de Estado para reconhecimento social. Eu creio que todo o trabalho do GETE tem este forte propósito de produzir traduções de linguagens diferentes e servir à visibilidade de grupos marginalizados e isso eu tenho muito ainda o que aprender. Porque da minha preocupação naquele momento? Porque eu sei que a própria Geografia Cultural e Humanista tem se dedicado em dizer que existem mundos de linguagem diferenciados, constituídos em espaços também diferenciados. A visibilidade acadêmica destas formas de linguagens contribui a visibilidade social destes mundos, para manutenção de suas existências e das riquezas de outras formas de conhecimento, que devem ser preservadas, para não se perderem potencialidades benéficas a todos e todas. Só que isso acabou se transformando em um discurso que negou efetivamente a linguagem acadêmica, às vezes procurando desvalidar ela. Estava falando sobre Porto Velho e eu estive em uma banca de mestrado de um aluno do Josué Costa da UNIR, quando trabalhava na UFAM em Manaus. Este trabalho utilizava a metodologia da “história oral”. Eu fui o primeiro professor a falar sobre o trabalho devido ser participante externo. Organizei minha fala toda centrada em conceitos da Geografia e no rigor do método. O interessante é que, depois, fui duramente contestado pelo outro professor da banca, especialista efetivo em “história oral”. O professor desvalidou tudo o que havia dito, pois a história oral é um trabalho difícil sobre como os pesquisadores devem esquecer a linguagem acadêmica e colocar em primeiro plano a linguagem da pessoa que narra, como forma de extrair dela os ditos conceitos e/ou formas simbólicas que traduzem sua realidade vivida. Não sei se a “história oral” é uma forma de tradução, talvez não, porque o que está como trabalho a ser desenvolvido é a própria linguagem daquele que contribuiu e é foco do trabalho: ele se torna, a partir de nossa escrita, o próprio trabalho e nós devemos nos esforçar, justamente, em se afastar da nossa forma de linguagem acadêmica. Um trabalho muito difícil de ser feito. A tradução, para mim, é outro trabalho de

Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat

compartilhamento significativo entre linguagens diferentes, podendo ser grupos sociais diferentes, quando nos engajamos nos conflitos sociais cotidianos, ou entre nossa linguagem acadêmica e a desses grupos. Esta tradução representa nosso esforço de politizar a cultura em termos de entender que existam condições simbólicas de mundo que são hierarquizadas e, por estas hierarquias, as desigualdades se reproduzem. Talvez seja uma leitura marxista de cultura, mas que seja. A “pegação” (nem sei mais se usam este termo) é uma prática comum de pessoas orientadas sexualmente para o mesmo sexo. O texto pelo qual vocês se referem foi um produto de uma pesquisa do projeto Universal que desenvolvi em várias cidades médias brasileiras, entre elas Presidente Prudente-SP. O universo homoerótico é rico em táticas de vivências relacionadas ao sexo por entre o espaço público, tanto durante a noite como durante o dia. Além dos bares e estabelecimentos comerciais que se identificam e identificam as pessoas como alguma identidade designada como LGBTQIA+, as práticas sexuais cotidianas reconfiguram os significados dos espaços públicos por uma “esperteza” de formas de relações camufladas (quase que clandestinas), articuladas devido à negação da expressão livre das sexualidades homossexuais na cidade. Em relação às práticas de “pegação”, homens diferentes se encontram para fazer sexo e isso não está atrelado a quem sejam estes homens, em termos de identidade, mas somente ao prazer sexual sem compromisso, sem necessidade de explicar, para quem quer que seja, quem são eles ao fazerem sexo com outros homens. Uma vez, na cidade de Dourados-MS, eu estava conversando com um senhor de uns 50 anos de idade, em face de uma observação que estava fazendo em um banheiro público perto de um terminal de ônibus da cidade. Para conversar com aquele senhor eu passei quase que uma tarde, quando percebia que, volta e meia, ele entrava no banheiro, estabelecia algum contato homoerótico, e saía para outro lugar da cidade. Acabei me aproximando estabelecendo a mesma tática sorrateira e camuflada de “pegação”: alguns olhares e gestos específicos que traduzem o interesse sexual. Conversamos fora do banheiro e, durante a conversa, para não configurar o interesse sexual, embora isso seja difícil escapar neste tipo de trabalho, disse quem eu era e porque estava ali. O senhor acabou falando de sua vida. Ele era um homem casado com uma mulher durante muito tempo e vivia uma identidade heterossexual e familiar tradicional, mas sempre se utilizava dessas táticas de “pegação” para encontrar algum parceiro sexual homem na cidade. Eu perguntei por que não ia ao bar que existia na cidade para fazer amizades e também encontrar algum parceiro por lá. Ele sabia que existia tal bar, mas não tinha interesse em estar lá, porque não se considerava efetivamente gay. Por outro lado, sua rotina de vida permitia que ele fizesse tais práticas somente em intervalos de ida e vinda entre situações de trabalho e do trabalho para sua casa. Ele falou alegremente de sua esposa e filhos e eu percebi que não existia um esforço de significação sobre o que fazia como sexo nos banheiros públicos. A única coisa que me disse é que poderia ir para outros lugares com parceiros encontrados lá, como em motéis baratos que estavam próximo ao terminal. Vejam só a complexidade desta questão: pareceu-me que existia uma negação sobre recursos de significação, socialmente construídas, sobre as práticas homoeróticas daquele senhor. Mais do que isso: não existia interesse em significá-las. Existia somente a prática e o

desejo. Além dos momentos de prática sexual, seus pensamentos de construções de significações se davam em relação a sua vida de trabalho e de família, quanto suas relações com a esposa e filhos. Todo aquele problema de entendimento sobre o si e sobre quem se é por manter desejos sexuais para com outra pessoa do mesmo sexo, que conduz a vida de um homem gay e a construção de sua identidade homossexual, não existe como questão central na vida daquele homem de 50 anos, que tinha aquele espaço de banheiro público o lugar de tantas experiências sexuais homoeróticas. Para ele não precisavam ser atendidas as constituições de significados importantes para si em relação as suas práticas homossexuais (a atenção se dava perante as instituições sociais da vida heterossexual). Nossa... Para mim isso foi uma descoberta terapêutica! Isso é uma forma de cotidiano muito complexo que acaba reconstituindo nossos entendimentos sobre pressupostos da própria Geografia Cultural e Humanista. Além disso, todo o apartado que entendemos em relação às interações entre espaço e identidade. Eu não sei se fui capaz de abordar isso em meus trabalhos, em especial este que vocês estão citando, mas a curiosidade temática me envolve ainda hoje. Richard Parker nos fala de uma cidade que é constantemente homoerotizada e em uma das passagens de um de seus livros ele fala como os trens da zona norte do Rio de Janeiro são utilizados, em momentos de pico, para relações homoeróticas sutis entre homens que estão lá, não necessariamente sendo gays. Este universo homoerótico fugaz, além do pensamento sobre a identidade, é uma potência muito interessante para entender diferentes aspectos da vida comum.

J.M.S. e M.J.O.: No capítulo ‘As microterritorialidades além das identidades: contextos de emergências de singularidades e suas possibilidades de pesquisas e narrativas’ (COSTA, 2020b), a fenomenologia toma um lugar central. Como a fenomenologia e as Geografias das Sexualidades se aproximam em sua pesquisa?

B.P.C.: Eu creio que a fenomenologia foi um viés metodológico que me colocou como o centro de análise daquilo que falo sobre microterritorialidades de homens gays. Eu, ainda, tenho muito que aprender sobre o que é e como a fenomenologia pode ser articulada como metodologia para a pesquisa geográfica em si, ainda mais sobre as Geografias das Sexualidades. Para mim ela se transformou em uma forma de leitura para entender como eu expresseu eu mesmo como possibilidade de análise empírica sobre aquilo que estudo faz muito tempo. Eu não consigo entender a fenomenologia com um método que explica as experiências constituídas nos outros, mas na relação consigo mesmo daquele que experimenta, age e pratica os espaços sociais. Existe um mundo existencial muito complexo quando procuramos nos entender em relação com outras pessoas e espaços de experiência e a fenomenologia tem me ajudado nesta empreitada. Por outro lado, na pergunta anterior, estávamos falando de “práticas” antes de qualquer sentido que damos para ela e para nós quando as fazemos. Estas ações práticas sempre me interessaram em termos de estudos espaciais, porque, se estamos no espaço, o constituindo, é porque estamos mais agindo antes do próprio pensamento sobre como seria o espaço de nossas ações e como somos nós nestes espaços. Parece-me que existe um lapso

temporal sobre os acontecimentos e sobre como falamos deles: os acontecimentos são falados em presentes que já se tornaram passados e, quando eles são falados, após terem acontecidos, o que dizemos são interpretações que não necessariamente refletem o acontecimento em si. Isso serve para aquele “outro” que ouvimos e cujas falas se transformam em interpretações nossas sobre eles: eles produzem interpretações sobre acontecimentos passados, que já não mais os são; assim como nós processamos aquelas interpretações de realidades deles em outro tempo e deslocamento da própria interpretação, que já não é mais realidade. Não sei se estão entendendo. Mas é louco isso. São acúmulos inúmeros de interpretações que produzem outras realidades além daquelas que aconteceram em sucessivas sobreposições de interpretações. Veja só, o acontecimento se perde e se estabelece como um ente fantasmagórico cujas únicas realidades são as próprias interpretações que se sucedem no processo de pesquisa, de escrita e de leitura. Quando digo leitura, temos ainda aqueles que leem os outros (ou, até mesmo, nós mesmos, como é o meu caso neste texto), nos quais estes produzem outras camadas de interpretações. Então, o que é realmente a realidade do acontecimento em si? Talvez sejam mesmo estas sucessões de interpretações e o mundo e o espaço geográfico, na verdade não existam: o que existe são as demonstrações simbólicas dos discursos que criamos sobre ele. Eu até acho que consegui agora, escrevendo isso para vocês, encontrar as respostas para os desafios que me coloquei: como se aproximar dos acontecimentos vividos em microterritorialidades, para quem as experimenta? Vejam, voltamos as “paisagens de sentido”, como produtos de nossas intenções e interpretações sobre o que aconteçam nelas. Isso as transforma em uma identidade fixa. Isso pode ser para qualquer território, região, paisagem ou lugar em qualquer ótica ou interesse de pesquisa. Mas como podemos tornar realidade discursiva o acontecimento que acontece no momento exato do tempo vivido e experienciado? Como podemos traduzir da melhor forma este acontecimento para se chegar à realidade vivida? Acho que não chegamos, mas nos esforçamos em chegar. Este é o desafio das pesquisas participativas em geral e, mais ainda, da fenomenologia. Talvez a própria fenomenologia tenha superado esta preocupação, mas não eu. Porque eu sei que tudo que acontece está além do que a mera descrição e interpretação dos fatos. Por outro lado, tudo o que fica e chega ao papel são interpretações. Eu me lembro da primeira vez que beijei outro rapaz na boate ‘Enigma’, de Porto Alegre-RS (lá nos anos de 1990) e a imagem que tenho do acontecimento é como se eu estivesse de fora da cena a observar eu mesmo e aquele outro rapaz naquela pista de dança, em que a música, as luzes, as outras pessoas, envolta, ficam, no instante exato do movimento, parados. Eu me esforço largamente para tentar sentir o que senti no ato, mas o que fica é uma imagem: estanque, fixa, parada, como se fosse uma fotografia em que posso fazer uma série de inferências sobre ela. O que ficou não foi o que vivi, mas aquilo que durante anos interpretei e condensei como memória de como eu me observe sobre aquilo que fiz. Eu sei que foi profundo e que, ao mesmo tempo, na experiência em si, todos meus medos, dúvidas, buscas de sentidos sobre mim mesmo se esvaíram em um simples beijo. Mas como poderia entender tudo que se passou em alguns segundos (nem sei se foram segundo, pois o tempo rápido se tornou

eternamente parado como cena)? Não dá, não consigo chegar a estas profundezas. Neste texto, por exemplo, eu me vejo em um lugar que durante muito tempo admirei como que, ao mesmo tempo, fosse meu, mas em que eu nunca serei capaz de efetivamente construir meu cotidiano com ele: o Rio de Janeiro e suas praias, por onde desejos são construídos e reconstruídos. Eu queria ter este momento especial de pensar sobre como aqueles lugares de praias, cujos meus desejos homoeróticos se adensam e se processam em conjuntos de atos e ações em fluxos inconstantes e inexplicáveis, poderiam ser explicados de uma forma a mais realística o possível. Ora, afinal de contas são, para todos meus estudos, durante muitos anos, microterritorialidades, mas eu sabia que, para mim e para tantos outros homens, a cada momento de uma microterritorialidade acontecem coisas que nos tiram delas, nas profundezas das nossas emoções. Mas nós voltamos a elas porque sabemos que é lá que existem possibilidades de viver estas inconstâncias e contradições sobre quem realmente somos nós. Vejam que, ao mesmo tempo, estamos lá por um sentimento de identidade social, mas tudo que acontece lá nega e esvai os sentidos fixos de identidades construídos para e por nós. Este era o desafio deste texto, mas não sei se um dia conseguirei dar conta desta complexidade, sobre as experiências espaciais em termos de sentimentos de desejos e afetividades, assim como não dá conta aquele senhor que está lá perto do terminal de ônibus de Dourados. Ele e eu simplesmente praticamos o espaço e nos desterritorializamos de nós mesmos, quanto aos fluxos e práticas sobre nossos desejos para com outros homens, em que os acontecimentos das práticas sexuais em que vivemos nos tira de um mundo de significados fixos, mas que, muito provável, depois do fato, os sentidos de explicações nos traga para este mundo desnecessário. Eu creio que ele tem razão e em não querer explicar nada sobre isso. Para quê explicar? Para que explicar o desnecessário?

J.M.S. e M.J.O.: O livro ‘Plurilocalidades dos sujeitos: representações e ações no território’ organizado com Cláudia L. Z Pires e Álvaro L. Heidrich constrói uma perspectiva inovadora da cultura, colocando o sujeito como o centro das teorias das significações. De que forma você avalia este deslocamento da interpretação das significações já dadas nas paisagens, para uma perspectiva baseada nas ações dos sujeitos?

B.P.C.: Pois então, este texto tem o título “Geografia Cultural e lutas pelo reconhecimento social: sentidos territoriais e não-territoriais”. Faz pouco que estava (re)lendo o texto de Don Mitchell “Não existe aquilo que chamamos de cultura: para uma reconceitualização da ideia de cultura na Geografia”. Eu não cito no meu texto o Mitchell, mas eu creio que eu e todo(as) os(as) amigos(as) do grupo de microterritorialidades nas cidades têm a preocupação de entender as constituições de culturas, identidades e territorialidades por sentidos que ligam o simbólico e o político. Como assim? Eu creio que nos preocupamos com sujeitos sociais e como tais sujeitos são diferenças e/ou, como diferenças, apresentam posições desfavoráveis em espectros relacionados às hierarquias sociais. Neste sentido, trabalhamos tanto com diferenças (em termos simbólico/culturais/identitários) como com desigualdades (em termos

políticos/econômicos). Nosso desafio é, desde sempre, fazer se integrar política e cultura (também, de certa forma, economia). Eu creio que somos geógrafos e geógrafas que podem ser enquadradas na constituição da “nova Geografia cultural” brasileira (talvez sejamos geógrafxs sociais), mas que apresentamos um pé de interesse forte pelas desigualdades sociais (devido nossa formação marxista). Estou falando de nós, mas na perspectiva de mim que olha e interpreta este grupo. O livro que vocês estão citando faz parte das produções desenvolvidas por este grupo em 2014, ano em que produzimos o evento sobre micro e múltiplas territorialidades em Porto Alegre-RS, coordenado pelo Álvaro Heidrich e pela Cláudia Pires. Minha intenção neste texto seria pensar como o território e as microterritorialidades poderiam ser ideias/conceitos que poderiam traduzir as lutas sociais (no meu caso as lutas sociais de pessoas LGBTQI+). Nele, não sei se perceberam, eu coloco em dúvida o próprio conceito de território, ou os “sentos territoriais”. Isso Don Mitchel faz em relação ao conceito de cultura. Gostaria de dizer que não neguei o conceito de cultura ou território, como Mitchell faz em seu forte texto, porque tais conceitos são importantes nas minhas interpretações (eu acho que isso acontece também com os/as colegas do grupo), embora, volta e meia, preciso repensar como, efetivamente, ajudam, pensando sobre as realidades das configurações espaciais das diferenças sociais e como isso se insere em suas disputas simbólicas e políticas. No texto eu estava muito mais voltado nas teorias “interculturais” porque estava, e ainda estou, tentando pensar em como podemos estabelecer práticas democráticas de reconhecimento das diferenças socioculturais. Quando eu falo de democracia, não quero tratar um conceito cuja escala está lá nas políticas formais maiores de Estado, também estão, mas nas éticas das relações sociais cotidianas, pelos quais os conflitos são vividos no “aqui e agora” das interações em sujeitos comuns. Vejam, em 2011 eu publiquei no livro do Miguel Ângelo Ribeiro e Rafael Oliveira o texto “Espaço urbano, cotidiano, cultura e espaços de proximidade: o caso das microterritorialidades de sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo”. Neste texto eu debato o centro da cidade de São Paulo e a região onde temos uma série de estabelecimentos de convivência LGBTQI+. Percebi nesta região uma série de lugares (as microterritorialidades) específicos de encontros de homens gays, que se diferenciam em termos de como se apresentam (esteticamente), sobre como consomem (status econômico), como definem e reafirmam seus gostos e como podem ser identificados em termos das condições sociais de seus corpos. Isso converge entre minhas preocupações sobre estética, desde longa data, sobre o fenômeno “formista” pós-moderno debatido por Maffesoli (“o tempo das tribos”). As formas de se apresentar na cidade separam grupos cada vez mais específicos e estas separações implicam perceber múltiplas políticas das diferenças e seus processos cotidianos. Pois bem, em uma grande cidade como São Paulo existem possibilidades de homens gays estarem muito mais interagindo em espaços de convivências que os separam em “formas de se apresentar” diferenciadas do que circulando por entre a multiplicidade de expressões LGBTQIA+. Vejam que existe um problema aí: ao mesmo tempo em que o social separa, denotando hierarquias das diferenças que discriminam pessoas LGBTQIA+, esta própria população vive situações cotidianas fragmentadas em convivências específicas de espaços

de proximidade de consumo e diversão. Estas fragmentações produzem microssistemas de interesses diferenciados e, também, múltiplas formas de discriminações. Isso é realidade em uma grande cidade como São Paulo, que, ao mesmo tempo, é centro político de lutas pelo reconhecimento social das pessoas LGBTQIA+. Mas porque eu comecei a me preocupar com isso? Por um lado, porque eu viajo constantemente para São Paulo como homem gay, porque gosto de estar lá, porque sinto este ar democrático em transitar por diferentes lugares de diversão em que sou reconhecido em minha diferença, embora saiba que não posso, efetivamente, em termos de desconfortos sobre quem sou eu e como me expresso, além das minhas possibilidades, estar vinculado a todos os lugares de convivências gays. Por outro lado, porque observo e sinto como se dão pequenas políticas de discriminação também entre pessoas LGBTQIA+ (e como elas se traduzem em separações de convivências espaciais e suas proximidades). Não é somente isso: eu estava/estou imerso no ativismo na cidade de Santa Maria/RS e, nesta imersão, era/sou atingido por todas as discordâncias políticas que ativistas LGBTQIA+ têm sobre o que pretendem fazer como projetos de lutas para reconhecimento social desta população na cidade. Estas disputas políticas, no meu entendimento, estão atreladas também a competições sobre as prevalências de recursos simbólicos de identidade de pessoas singulares e seus grupos de ação imediatos (o que se efetiva a relação entre cultura e identidade). Meu olhar, naquele texto, está tanto no sentido de entender estas fragmentações espaciais das diferenças culturais, mas, também, fazer uma avaliação crítica sobre como estas realidades implicam processos políticos, prejudicando ou contribuindo, que se traduzem em condições gerais de direitos para pessoas LGBTQIA+. Em uma cidade como a de São Paulo, que tem a maior parada LGBTQIA+ do mundo, como força coletiva de toda esta população, a realidade social está pincelada, cotidianamente, de negações e separações entre LGBTQIA+. Quais as consequências disso? Claro que a leitura está interessada pela teoria do reconhecimento social e procura pensar práticas de reconhecimento vinculando processos interculturais de tradução de sistemas simbólicos disputados pelas diferenças sociais. Isso poderia ser uma forma de ação microterritorial, no sentido de estabelecer traduções entre diferentes microterritórios além das pequenas discriminações que se estabelecem no cotidiano. Para fazer isso, o olhar de desconfiança sobre o próprio microterritório seria necessário, mantendo a ação nele. Talvez seja uma sugestão muito ampla de ação extensionista, além da pesquisa sobre como tais microterritorialidades são constituídas: no sentido de fazer ver entre as pessoas que estão separadas as consequências de suas separações no sentido das lutas pelo reconhecimento em termos de políticas de Estado. Louco este texto mesmo. Por isso, eu creio que falo de um olhar sobre como pensar “sensos não-territoriais” em situações de microterritorialidades. Mas eu gostaria de esclarecer que a produção de múltiplas identidades de gênero e de diferenças de orientação sexual é um processo riquíssimo que acabei acompanhando desde os anos de 1990 até hoje. Lá pela década de 90 não existiam tantos recursos simbólicos diferenciados que possibilitassem as pessoas se posicionarem em termos de pertencem a uma coletividade quanto suas especificidades sobre quem são em termos das suas orientações de desejo e de apresentações estéticas de seus corpos. Isso é

um fenômeno contemporâneo riquíssimo que a Geografia das Sexualidades deve acompanhar muito ainda, em termos, principalmente, de se unir as teorias e/ou analíticas queer. Na disciplina de Geografia, Pluralidades Culturais, Gênero e Sexualidades, na UFSM, eu tento trazer estas diferentes realidades de produção de singularidades corpóreas para o debate com os/as alunos/as. Um aprofundamento sobre o queer é muito necessário para ampliar as próprias lutas de reconhecimento das pessoas LGBTQIA+ diferentes, assim como a necessidade de se pensar estas diferentes geografias instauradas, na relação entre público e privado, na relação entre espaços concretos e também virtuais (o ciberespaço, pelos quais estas identificações diferenciadas se ampliam). Isso realmente ainda é um desafio. Percebo que vivemos um fenômeno de grande trânsito estético e performático sobre reconstruções e ressignificações de gênero e de sexualidades, mas me pergunto, ainda, o porquê que ainda precisamos, cada vez mais, precisar nossas condições identitárias no lugar de não dialogar as exigências sociais sobre como isso é estabelecido por pessoas comuns: é a mesma pergunta da teoria queer sobre identidade. Talvez a multiplicação faça parte de um processo crítico sobre as próprias condições marginais da produção da identidade, que se estabelecem por entre conflitos existentes tais próprios. Mas eu sei que hoje, por vias das redes sociais, muitas pessoas encontram significações sobre suas singularidades e conseguem arrefecer seus sofrimentos de não reconhecimento por entre múltiplas micro-comunidades de representação e, por elas, se afirmam, mesmo que temporariamente, sobre quem são. Isso se multiplica em termos de identidades de gênero e de orientação sexual e volta às pessoas comuns como conforto de ser quem são. Por entre a juventude isso é um fenômeno rico que ainda precisamos avançar. As condições específicas de produções de cultura e identidade em termos de trânsitos, hibridizações estéticas, políticas de fronteiras de identidade, reconfigurações temporais ainda precisam ser mais bem entendidas pela Geografia, assim como isso produz espaços de interações em que tais fenômenos ora se confirmam ora se tornam ainda mais efêmeros devidos os próprios trânsitos que estabelecem. Como isso acontece entre o que seja concreto e virtual? Como tais processos são constituições espaciais fluidas em termos de seus acontecimentos? Como as especificidades das experiências podem explicar constituições de espaços? E as microterritorialidades, que estudo, como podem ser entendidas nestes processos (afinal, elas servem para este entendimento?)? Pois bem, tudo isso me preocupa.

J.M.S. e M.J.O.: Seus últimos projetos de pesquisa têm apontado para uma preocupação com grupos juvenis e a educação. Como avalia esta interseção na produção acadêmica geográfica das sexualidades?

B.P.C.: Eu tenho desenvolvido, desde 2009, em Santa Maria/RS, um conjunto de ações de extensão em escolas da educação básica sobre ensino de Geografia abordando as questões de gênero e de sexualidades. Na verdade são intervenções que desenvolvem propostas pedagógicas que servem para práticas de reconhecimento social das pessoas LGBTQIA+. Elas têm três pressupostos principais: tratar as diferentes formas de identidades de pessoas LGBTQIA+; trabalhar situações, histórias de vida e cotidianos específicos de pessoas reais;

abordar as lutas pelo reconhecimento no sentido de mostrar políticas pelos direitos construídas. Para mim isso é um tema crucial na educação básica porque é lá que podemos discutir os problemas das discriminações, violências e preconceitos diretamente em uma instituição (a escola) problemática nas experiências de pessoas LGBTQIA+. Eu creio que o tema da escola esteja amplamente sendo abordado como problema de pesquisa e extensão em Geografias das Sexualidades. Eu parto do pressuposto que existe um sintoma de invisibilidade de pessoas LGBTQIA+ na escola, no sentido que tais pessoas não conseguem se expressar em termos que como se identificam, quais seus interesses de relações sociais, como vivem a vida na invisibilidade, quais suas demandas em relação às necessidades de convivências sociais e como enfrentam uma série de dificuldades e barreiras de inserções institucionais. Trabalhar situações reais de discriminação na escola, na família, no trabalho e no espaço público cotidiano serviria como uma forma de sensibilização sobre como somos atingidos na construção de nossas identidades sociais e de como levamos a vida, muitas vezes, na clandestinidade. Sempre penso que é importante, também, trazer à tona, situações de dificuldade e de violências comumente vividas por pessoas LGBTQIA+ e trabalhar relações éticas de entendimento sobre desigualdades e discriminações. Novamente, me preocupo, por um lado, de explorar sistemas simbólicos invisíveis construídos em termos de situações cotidianas de experiências LGBTQIA+ (em termos de expressões de identidades diferenciadas), mas também as questões que atravessam as lutas políticas, principalmente como existem práticas de políticas de reconhecimento e de como elas existem como formalidades. A escola é lugar das juventudes e é lá que se constroem as diferenças de identidade, que perduraram ou serão negadas na posteridade, nas lembranças problemáticas das pessoas adultas. Criar situações de debate para visibilidade de possibilidades múltiplas de existências sociais em termos de diferentes identidades de gênero e de orientações sexuais além das normatividades é de muita importância e, pelo que percebo até então, a escola não está preparada para isso e, ainda, existe um sintoma de prevalência de relações sociais neutralizadas tanto no patriarcado como na cisheteronormatividade. Eu vejo a escola como um território que oprime como espaço privilegiado de configuração de normas e hegemonias sociais de identidade, mas também por onde as contradições e transgressões tomam formas e se apresentam (mesmo de invisibilizadas). Os/as jovens de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero existem na escola, mas parece que o corpo docente não consegue valorizar tais diferenças além de um pressuposto de normalidade cisgênero e heterossexual. Entre os jovens tais identidades são constantemente negociadas, muitas vezes de forma problemática, mas também encontrando possibilidade de ser como são em grupos de reconhecimento. Como as diferenças são reconhecidas e também negadas entre as relações entre alunos? Como isso ocorre também nas relações entre alunos e alunas e professores e professoras? Como isso se amplia em termos de comunidade escolar de bairro e de vivências diferenciadas da cidade? Como podemos voltar para os sujeitos em si e mostrar que é possível viver diferente e ser reconhecido como singularidade? Como, além de ser LGBTQIA+, somos pessoas em si, todas diferentes porque somos, de certa forma, construídos por sintomas de múltiplas hierarquias sociais que

condicionam nossos corpos e nossas condições de identidade? O tratamento sobre as relações de gênero e de sexualidade partem das especificidades das pessoas que vivem tais situações até as múltiplas diferenças sociais em que todos são atingidos, até mesmo aqueles e aquelas que não vivem determinada discriminação, mas, sim, outras. Lutar contra o preconceito é o tema fundamental, de qualquer ordem, mas também dizer que existem estruturas hegemônicas que posicionam diferentemente as pessoas e as conduzem em uma série de situações problemáticas de relações sociais, inclusive de violências, também é parte importante de uma proposta metodológica de educação na escola nestes termos. Eu creio que foi por estas iniciativas de extensão universitária que eu fortaleci meus laços com o ativismo, principalmente por recorrer e contar com lideranças LGBTQIA+ que estão à frente do ativismo. Para dialogar situações de histórias de vida reais de pessoas LGBTQIA+ eu poderia, em primeiro momento, falar sobre mim mesmo e de como eu desenvolvi minhas pesquisas relacionadas à minha história de vida como homem gay; em segundo momento recorrer às lideranças LGBTQIA+ que constroem suas vidas na luta pelos direitos sociais dessa população, como lutas pelos seus próprios direitos; em terceiro momento recorrer às juventudes LGBTQIA+ da própria universidade e curso de Geografia que, por este vínculo à Universidade, e por estarem em Santa Maria (muitos são de outras cidades menores) acabam construindo neste contexto suas identidades como LGBTQIA+. Foram várias as experiências de intervenções nas escolas em que estivemos unidos e presentes em prol das práticas pedagógicas de reconhecimento: tanto eu como meus alunos e alunas, assim como os/as ativistas com quem contamos, nos expusemos como sujeitos que vivem tais dificuldades de reconhecimento de suas identidades relacionadas às diferenças de identidades de gênero e de orientação sexual. Partimos de nossas experiências e histórias de vida e por elas começamos a debater uma série de teorias que retornam a vida real, assim como demonstrar e esclarecer situações complicadas em nossas memórias e de como vivenciamos nossos sofrimentos e nossas alegrias justamente por sermos como somos. Os resultados que creio que conseguimos atingir são, em primeiro momento compartilhar nossas experiências como experiências também problemáticas de LGBTQIA+ que vivam nas escolas com quem trabalhamos; refazer uma avaliação de pessoas não LGBTQIA+ que estão na escola e que, talvez, virem às costas ou negam a existências dessas identidades, por um lado esquecendo-se de pautar estas questões e se afastando dos LGBTQIA+ e, por outro, mais grave, promovendo ações de discriminação diretas nas relações escolares. Nós mesmos pautamos estas nossas experiências que ficaram em nossas memórias, trazendo situações complicadas na escola, na família, no trabalho e na vida comum em qualquer espaço institucional. Mas também trabalhamos a riqueza e as belezas de nossas criatividades em termos que como nos expressamos ricamente entre nossos grupos de amizade, sobre as belezas de sermos como somos. Estar com alunos e alunas LGBTQIA+ desenvolvendo estes projetos foi de uma beleza incrível, principalmente em compartilhar uma amizade e de construir situação de grande intimidade. Creio que isto seja importante para as juventudes LGBTQIA+ universitárias também. Em um ano de trabalho atrás estive compartilhando uma série de experiências com dois alunos que também

performavam como drags e que foram fundadores de um forte movimento drag em Santa Maria, tanto em termos de ativismo como em termos de construir um espaço de relações culturais de diversão relacionadas à cultura drag. Foi um ano maravilhoso para mim que nunca esquecerei, porque aprendi muito com tais alunos. Este aprendizado também faz parte de minha trajetória como profissional: eu aprendo com os alunos com quem compartilho estes projetos; eu aprendo com ativistas que colaboraram e que ensinaram a nós e os alunos e professores das escolas que atuamos; eu aprendo com aqueles e aquelas alunos e alunas que estão na escola e que pela criação de nossas situações de extensão conseguiram se estabelecer e falar sobre si mesmo e como vivem suas vidas nas escolas como LGBTQIA+. Não dá para demonstrar a riqueza de todos estes eventos em minha trajetória de vida, mas tudo isso me fez crescer, não somente como pesquisador e professor, mas como pessoa no sentido de repensar minhas relações de identidade.

J.M.S. e M.J.O.: Por fim, gostaríamos que explorasse sua posição sobre a relação entre as Geografias Feministas e das Sexualidades, suas potencialidades e limites de uma luta científica conjunta no Brasil.

B.P.C.: Eu creio que os avanços foram muitos, principalmente pelo aparecimento da Joseli Silva e do Marcio Ornat na liderança do GETE e por este grupo proporcionar a emergência de vários novos e novas pesquisadorxs na Geografia brasileira. Devemos muito a vocês e ao GETE. Foram por suas atuações que conseguimos criar um conjunto de temáticas novas de pesquisa e constituir o que seja esta luta científica conjunta, principalmente pela existência da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero e pelos eventos Latino-Americanos de Geografia, Gênero e Sexualidades, além dos inúmeros livros que já organizaram. Eu creio que vocês avançam nas ações acadêmicas muito relacionadas ao ativismo e também, principalmente, criaram um campo de debate democrático porque, principalmente, estão mais interessados em tornar tais conhecimentos acessíveis a todos e todas outras que lutam por se constituir como sujeitos pesquisadores neste campo. Vocês sempre estão disponíveis em compartilhar para fazermos todos e todas crescermos. Isso é fantástico e eu nem consigo entender como deram conta de todo esta envergadura de vida e contribuições que já fizeram. A luta já está ganha e creio que em alguns momentos, aqui e acolá, ainda precisamos de maiores enfrentamentos, como o caso, que não detalharei, da “pinta no rabo do jacaré”, acontecido em algum evento aí em tempos passados recentes. Eu creio que as Geografias feministas hoje se apresentam como campo mais consistente na Geografia brasileira, em termos de inovações de teorias e métodos e de constituição de ações sociais concretas e substanciais. Vocês estão fazendo um elo muito importante entre ciência e vida real, para lutarem contra desigualdades socioculturais e políticas. Isso é fantástico. Eu, em especial, já perguntei para a Joseli, em algum evento, em conversas informais do grupo de microterritorialidades, se eu era em geógrafo feminista. Tenho minhas dúvidas ainda. Você, Joseli, me respondeu que sim, levantando vários tópicos (que não direi aqui), mas eu me pergunto como realmente me insiro neste campo. Esta pergunta me coloca em situações diferenciadas de constante avaliação sobre

quem eu sou e como desenvolvo meus estudos em Geografia ou tantas outras abordagens pelas quais me interesso. Em primeiro lugar sempre fui interpelado sobre se determinada discussão que faço realmente é geográfica: isso sempre me causou muita ansiedade e conflitos íntimos sobre quem sou eu como geógrafo. Por outro lado, participando de um evento sobre geografia humanista, em que eu poderia ser melhor compreendido sobre o teor geográfico de meus estudos, eu continuei sendo perguntado, publicamente, sobre como aquilo que falei na mesa seria realmente geográfico. Tive que me desdobrar em justificar este teor geográfico e, sinceramente, fiquei “puto” por ainda ter que me desdobrar sobre isso. Neste meio tempo eu tive um artigo recusado pelos avaliadores de uma revista famosa na Geografia que estava organizando um número especial sobre Geografias feministas. Os avaliadores recusaram meu artigo justificando que eu não usava autores e autoras importantes dentro do campo de Geografias feministas, perguntando a utilidade de meu artigo para compor este número especial. Eu, automaticamente, perante esta avaliação, me coloquei fora do que seria um campo de estudos em Geografias feministas e até hoje eu não sei exatamente por onde me encaixar. Não quero negar as avaliações e interpelações negativas em que fui alvo e não quero dizer que eu estou sendo vítima de avaliações errôneas: as avaliações existem e elas sempre me questionam duramente! Eu sempre tive que me justificar muito para me posicionar da melhor forma em algum momento da discussão geográfica e continuo nesta trajetória. Sou constantemente avaliado com desconfiança perante meus colegas de departamento e perante outros lugares que participo em discussões em contextos acadêmicos. Eu, agora explicitando isso, acho que sou um péssimo geógrafo, um péssimo escritor, um péssimo pesquisador e um péssimo nem sei lá o que eu queira que seja. Nem sei mesmo porque estou escrevendo e participando desta pesquisa o quanto péssimo eu sou. A realidade é que eu sempre tive que lutar para me posicionar porque, em primeiro momento, sempre fui avaliado como péssimo e não fazendo parte de um campo e de um conjunto de discussões de validade. Nem sei se faço Geografia, imagina se faço alguma outra Geografia em específico. Pois bem, neste conjunto de experiências muito desastrosas eu me pergunto em como tais campos da Geografia se tornaram duros em dizer o que é Geografia ou o que é uma geografia em específico ou não. Tenho medo que as Geografias feministas se tornem um campo duro em termos de dizer sobre quem e o que se deve citar e por qual método e teoria devem ser conduzidas as discussões para que sejam realmente Geografias Feministas. Se este processo se estabelecer muitos trabalhos valiosos podem ser perdidos. Eu creio que todo campo em Geografia acaba se tornando aberto a novas formas de expressões de ideias e depois acaba se fechando em um conjunto de atributos que servem para avaliar quem está dentro ou fora deste campo. Isso aconteceu com a Geografia Cultural e não sei se está acontecendo com as Geografias Feministas. Isso acabou fortemente sendo um palco de exclusões no que seria a Geografia Radical ou Marxista. O fato é que o mundo acadêmico é muito excludente e, muitas vezes, trabalhos ricos ficam arquivados e pesquisadores se calam por levarem muita “paulada” de outros colegas que tem o poder das avaliações em determinados contextos muito autoritários. Eu só tenho medo que, talvez, as Geografias

feministas conduzam esta mesma trajetória de outras tantas. Parece-me que existe em um determinado período inicial sempre uma constituição de uma luta conjunta de marginalizados que se agregam em processos de aceitação da diversidade teórica e metodológico e que gera uma riqueza muito interessante. Depois disso os próprios que se agregaram e aceitaram tais diferenças começam a se citar e se autoprotoger sobre quem são e como são explicados em termos de seus trabalhos e isso gera um script de avaliações que servem para excluir outros tantos que lutam em se constituir por interesse em um campo que, ao mesmo tempo, os exclui. Não sei se estou equivocado no que estou dizendo, talvez magoado. Mas tenho medo em como realmente podemos construir um campo conjunto de lutas sem hierarquizações internas em termos de estabelecer comandos, centralizações e margens de poder entre o próprio campo que servem mais para excluir e provocar conflitos do que por agregar e fortalecer as lutas. Acho que o mundo da ciência e da academia é eficaz em produzir hierarquias de poder e isso gera posicionamentos diferenciados de status entre seus componentes, repartição desigual dos recursos escassos para a ciência e sintomas de marginalizações múltiplas em dizer sobre que trabalhos são validos ou não para o campo. Creio que temos que dosar isso, não em termos de diminuir o rigor dos processos científicos, pois isso é necessário, mas em termos de abrir-se a possibilidades discursivas diferenciadas, mas que servem, também, para manter olhares diferenciados sobre os fenômenos espaciais em relação as identidades de gênero e de sexualidades. Mas eu mesmo tenho uma identidade contraditória de ação no campo das Geografias sobre gêneros e sexualidades e creio que, por um momento ou outro, já fui excludente em acreditar, de forma intimista, sobre verdades que poderiam avaliar um trabalho e outro. Isso talvez seja um sintoma de poder que nos atinge como participantes do mundo acadêmico que produz muitas desigualdades: somos agentes produtores de desigualdades e por estarmos em condições de poder somos entes egoísticos. Como fazer uma ciência democrática? De forma paradoxal, nos preocupamos com isso também. Talvez seja por isso que faço estas explanações críticas e todos o fazemos em grupos de parcerias em campos diferenciados da Geografia. Transitamos entre tais paradoxos e somos ora agregadores ora excludentes. Como repensar sobre tais contradições é parte do desenvolvimento. Agarramo-nos em teorias e formas de pensamento ora para fins de nos protegermos neste contexto altamente avaliativo, em que nossas intimidades são atingidas pelos vieses das disputas no mundo do trabalho na ciência. Isso nos traz grandes sofrimentos quando não somos reconhecidos nas nossas originalidades, porque não achamos justo. Mas temos que pensar que estamos sempre aprendendo por meio as dificuldades e isso também nos faz crescer.

Referências

COSTA, Benhur Pinós da. **A condição homossexual e a emergência de territorializações**. 2002. Dissertação (Mestrado em geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma abordagem sobre a geografia do**

Joseli Maria Silva, Marcio Jose Ornat

cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade. 2008. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA, Benhur Pinós da. Práticas espaciais de “pegação” homoerótica: o caso dos banheiros públicos nas cidades de Presidente Prudente-SP e Vitória da Conquista-BA. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 5, n. 1. p. 152 - 179, 2014.

PIRES, Cláudia L. Z. ; HEIDRICH, Álvaro L. ; COSTA, Benhur P. (Orgs.). **Plurilocalidades dos sujeitos:** representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso Lugar e Cultura, 2016.

COSTA, Benhur Pinós da. As geografias das constituições dos devires-expressivos das pessoas como diferenças: perspectivas da análise nas pesquisas em microterritorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 42, p. 90 - 114, 2020a.

COSTA, Benhur Pinós da. As microterritorialidades além das identidades: contextos de emergências de singularidades e suas possibilidades de pesquisas e narrativas. In: REGO; Nelson; KOZEL, Salete; AZEVEDO, Ana Francisca. (Org.). **Narrativas, Geografias e Cartografias:** para viver, é preciso espaço e tempo. Porto Alegre: Compasso Lugar e Cultura, v. I, 2020b, p. 585 - 624.